COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.068, DE 2013

Determina que os chips de telefonia móvel sejam fornecidos ao usuário com a memória previamente programada com os números telefônicos de acesso a serviços de emergência e ao serviço de atendimento ao usuário.

Autor: Deputado ACELINO POPÓ

Relator: Deputado ANTONIO BULHOES

I – RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre deputado Acelino Popó, determina que os *chips* de telefonia móvel, vendidos no Brasil, sejam fornecidos ao usuário com a memória previamente programada com os números telefônicos de acesso a serviços de emergência e ao serviço de atendimento ao usuário.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída, preliminarmente, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para apreciação de mérito, tendo sido ali aprovada, nos termos do parecer do relator, Deputado Marcelo Aguiar.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para que se manifeste sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se. Não há reserva de iniciativa.

Nada há no projeto que mereça crítica negativa deste Órgão Colegiado, no que toca à constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, o conteúdo do projeto pode integrar o ordenamento jurídico pátrio, na forma em que é apresentado.

No que concerne à técnica legislativa, o projeto está bem escrito, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, não merecendo reparos.

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.068/2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANTONIO BULHÕES
Relator